

**«Como boi para um palácio»  
Representações do palácio e propostas de leitura  
em contos tradicionais e no imaginário popular**

**Cláudia Sousa Pereira  
CIDEHUS, Universidade de Évora**

Dedico este texto à memória de Maria Ludovina Grilo.

**Resumo**

Focaremos o nosso breve estudo num *corpus* do sistema da literatura tradicional de circulação popular e originalmente oral, em textos recolhidos no âmbito de um projeto europeu de uma rede de municípios. Numa recolha de narrativas intitulada *Traditional & Folk Tales*, do projeto *Oralidades* que se desenvolveu entre os anos de 2008 e 2013, temos contos oriundos de Évora, Idanha-a-Nova, Mértola, Ourense, Ravenna, Birgu e Sliven. Faremos um percurso de leitura em que configuraremos o palácio como um tópico de poder, metaforizado nesse cenário. Tidas como ingénuas, para além da (demasiado) evidente “moral da história”, tornamo-las objeto de leituras ideológicas com um potencial impacto mais relevante do que poderíamos pensar para a relação do cidadão comum com o poder.

**Palavras-Chave: Literatura tradicional; Tradição oral; Literatura e Poder; Conceções populares de poder**

**«Como boi para um palácio»  
Palace representations and reading proposals  
in traditional tales and popular imaginary**

**Abstract**

We will focus our brief study on a corpus issued from oral popular and traditional literature, in texts that were collected in a document conducted under an European project of several municipalities entitled *Traditional & Folk Tales*. An output of the *Oralities* project that was developed between the years of 2008 and 2013, we have tales coming originally from Évora, Idanha-a-Nova, Mértola, Ourense, Ravenna, Birgu and Sliven. We will make a reading proposal in which the palace is metaphorized as a topic for power. The popular narratives seen as naïve, moralizing texts will be taken as objects that can have ideological readings to emphasize a more significant impact for the relationship of the average citizen with the idea or the actors of power institutions.

**Keywords: Traditional literature; Oral tradition; Literature and Power; Popular conceptions of Power.**

Falar de literatura e cultura popular a propósito de edificações como são os palácios pode, e talvez seja mesmo, uma conversa marginal às discussões que se travam dentro dos textos deste volume, entre argumentos históricos, arquitetónicos, artísticos e sociológicos. Mas os monumentos evocam a Memória, a que nos chega do antes e a que

queremos que fique no depois, e que assenta sobretudo no Tempo e no Espaço que registamos, e que são categorias também fundamentais do género narrativo do sistema literário. Contamos o Passado, contamos-nos a nós próprios, individual e coletivamente, construindo-nos também no Presente.

Começamos desde logo por relembrar que os contos que aqui se tiveram em conta circulam dentro de um sistema marginal à literatura canónica e onde quem regula e cumpre as regras, ou em alguns casos a falta delas, são todos e cada um daqueles que ao contar o conto o reatualiza e o torna seu, dando-o aos outros para que façam o mesmo. É do chamado Povo que falamos, o que quer que esse conceito tenha cambiado ao longo dos séculos tendo-se, podemos afirmá-lo apesar da redundância, democratizado na segunda metade do século XX.

É que «em termos da produção literária [e referimo-nos à outra literatura, a que não é de expressão e transmissão oral, mas que conhece autor, data e lugar de origem] e dos seus mecanismos de circulação, distribuição e regulação, o poder também desempenha um papel fulcral [...]. O efeito subversivo de qualquer discurso marginal pode ser por este meio não só atenuado, como até neutralizado, sendo a sua mensagem domada, digamos, através de um contra-discurso exegético que procura não só pôr a nú eventuais inconsistências presentes no texto (veja-se o caso da desconstrução), como ainda distanciar-se de uma forma politicamente asséptica das motivações e dos alinhamentos ideológicos, estéticos ou filosóficos do autor e das teias de cumplicidade que o ligam a um certo público-alvo. Dado que se crê capaz de desafiar a autoridade instituída, a literatura, mais do que qualquer outra forma de expressão artística, sujeita-se à apertada vigilância dos Aparelhos de Estado, [ao que escapa esta literatura popular tradicional quando não chega às coletâneas e se mantém no circuito da oralidade] que por vezes dela se apropriam para consubstanciar um imaginário consentâneo com os interesses do grupo hegemónico. [...]. Seja enquanto forma de contra-poder, seja enquanto manifestação de uma consciência moral atenta que não é conivente nem cede à coerção do grupo hegemónico, a literatura [e acrescento toda a literatura que mereça classificar-se nesta designação para arte verbal] desempenhará sempre um papel relevante na interpelação crítica da realidade social e política [...].» (LOPES, 2010).

Importa ainda esclarecer que, ao longo do nosso texto, não trataremos apenas contos tradicionais e acabaremos por nos referir ao imaginário popular em geral que, como é sabido, se consubstancia em inúmeras manifestações imateriais, mas até também em objectos que lançam mão ao verbo, que utilizam para “ilustrar” num exímio e por vezes até vanguardista diálogo inter-artes (ou será inter-artesanatos?). Relembremos os lenços de namorados, por exemplo. Trabalhámos por isso, como contraprova, o dito popular, até num outro exemplo de um provérbio não português, como a expressão que destacámos no título da comunicação, mas inglês, estreado por escrito no século XVI, e que o também agora festejado Lewis Carroll usou há 150 anos no seu clássico *Alice's Adventures in Wonderland* (1865). Não enunciando o palácio neste provérbio que diz «*A cat may look at a king*» («Um gato pode olhar para um rei») evoca-se claramente a relação entre os poderosos e os que não o são e ajuda-nos a entender a expressão portuguesa.

Tendo por referência neste brevíssimo estudo o trabalho sobre a literatura perspectivado a partir da teoria dos polissistemas - que surge com os estudos de Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, Zohar Shavit e outros colaboradores do *Porter Institute for Poetics and Semiotics* da Universidade de Tel-Aviv em Israel – e que é uma teoria que

se desenvolve posteriormente a partir das contribuições da semiótica da cultura, e que deveríamos considerar nas leituras que fazemos, mas de que neste momento e no espaço desta comunicação não poderemos dar conta. Citando Gabriela Buescu, deveríamos considerar «o carácter dinâmico de cada momento cultural [...] em que a literatura constitui um sistema que interage com outros [...] no seio de um mais amplo sistema cultural. Daqui decorre a importância da perspectiva culturalista desta aproximação. O texto não funciona somente como tal, mas existe enquanto intrinsecamente relacionado com outros elementos que, igualmente fazendo parte do sistema, definem o seu funcionamento e o seu significado como contextuais.» (BUESCU, 2010). Fica aqui uma pista para quem, eventualmente, queira seguir as diferentes reactualizações destes textos em diferentes contextos históricos, geográficos e políticos, por exemplo.

Mas o *corpus* principal que nos propusemos trabalhar resulta de uma compilação de contos tradicionais de cinco cidades que, em rede, trabalharam no projeto *Oralidades*, financiado por fundos comunitários, e que permitiu a circulação de agentes e bens culturais entre si. O texto verbal, quando circulou ao longo dos vários anos em que decorreu o projeto, foi sobretudo porque serviu de pauta ou partitura ao cantar ou ao representar, pelo que os contos tradicionais recolhidos, traduzidos e apresentados neste produto final (livro e CDs) vêm, por assim dizer, não ser testemunho exato deste ou daquele evento mas devolver o real valor que o conto e o contar foram tendo na forma de vida comunitária dos lugares – aldeias ou cidades – e têm agora como momento de re-actualização/ritualização. Falamos mais precisamente quer do espetáculo de contar contos, quer da atividade de promoção da leitura e do livro.

Relembrando, então, que esta recolha de narrativas intitulada *Traditional & Folk Tales*, do projeto *Oralidades* se construiu entre os anos de 2008 e 2013, temos nela contos selecionados oriundos de Évora, Idanha-a-Nova, Mértola, Ourense na Galiza, Ravenna em Itália, Birgu em Malta e Sliven na Bulgária. Muito embora nem todos os contos escolhidos pelos diferentes municípios tenham, naturalmente, a presença do *topos* do palácio, os exemplos que tomaremos tocarão ainda assim três dos cinco países das sete cidades envolvidas no projeto: Portugal, com dois contos de Évora, um de Idanha-a-Nova e outro de Mértola; e os outros dois de Sliven e Ravenna respetivamente.

Na apresentação da recolha, a cargo de Isabel Cardigos, diz assim a especialista: «Estamos pois perante uma enfiada de narrativas da Europa do Sul, que se estende do Atlântico, desce para o Mediterrâneo, o Adriático e finalmente o Mar Negro. Ao percorrê-las, vamos reconhecendo o que nos é familiar ao mesmo tempo que somos surpreendidos pela diferença – uma deliciosa mistura bem conhecida de todos os ouvidores e contadores de histórias. Os contos são caminhantes que na viagem vão mudando, desfiando-se e tomando substância, evocando e suscitando outros recontos, num cordão sem fim de histórias. Diz-se que são como as cerejas, uma chamando outra, e outra e mais outra, e também acrescentando um ponto ao conto» (CARDIGOS, 2014, p. 11).

Vamos agora aos textos e aos contextos do aparecimento do lugar do poder: o palácio e, num dos casos, o castelo mas que, como lugar da Corte, tivemos também em consideração. Temos de Évora, os que poderíamos sem perigo classificar como clássicos, *A Princesa que Guardava Patos e Pele de Asno*; de Mértola, o curioso *Não Apanhes Penas, António!*; de Idanha-a-Nova, *A Menina e a Águia*. De Ravenna trabalhámos *A Lenda de Pipetta* e de Sliven *Os Velhos*.

Entre palácios, é também entre a realeza e os afetos, se não mesmo o Amor, que não parecem lá caber que se veem a princesa, que teve de passar algum tempo a guardar

patos; e o príncipe, que só disfarçando o seu poder com os sinais exteriores de pobreza revelados na sua andrajosa roupa de pele de burro consegue vencer a sua empresa amorosa.

Já o António - a quem o seu fiel cavalo branco prevenia «- Não apanhes penas, António, quantas mais penas apanharás, mais penas terás!», e a quem o cágado, a águia e a formiguinha, salvos por si quando se encontravam em dificuldades, lhe dão a entender, sem o deslumbrar. que são os reis da sua espécie – vai ter a um palácio onde, como em outros modos de contar os hábitos caseiros, os que ali se têm se assemelham sobretudo ao corriqueiro dia-a-dia de uma casa de família endinheirada. É aí que, naturalmente como em muitos contos, se inicia uma longa série de incríveis provações lançadas pelo rei, sob influência de um invejoso jardineiro que vê o seu posto ameaçado por António, mas ao qual este regressa, sempre com a ajuda do seu cavalo branco, acabando como novo morador e príncipe consorte. A dupla António-Cavalo Branco revela-se pois muito mais providente e poderosa do que a dupla Rei-Jardineiro, em que o representante do poder se deixa manipular por um mau conselheiro. Como se a substituição dos antigos habitantes do palácio fosse uma empresa tão necessária como também uma missão quase impossível, e apenas concretizada porque o mundo mágico une forças ao limitado, embora grande, universo dos homens de bom fundo e boa vontade.

Em *A Menina e a Águia*, num contar elíptico, truncado e com uma difícil lógica semântica a reconstruir por quem o ouve, o tormento e castigo da donzela, primeiro abandonada pelos progenitores, entregue aos cuidados de uma águia numa rocha, finalmente desejada por um príncipe já comprometido, desfigurada por uma mãe de ciúmes desmedidos – numa representação exemplar de uma má relação mãe-filha – o palácio é de novo o lugar em que a conquista do Amor não passa apenas pelo coração dos amantes, onde parece ter lugar cativo, mas sobretudo e muito pela aceitação da família. Da realeza ou da plebe, os comportamentos, requisitos e etapas de integração de novos membros na família não parecem ser fáceis, nem nos contos. Nada pois a distingui-los uns dos outros, tudo a parecer indicar que um novo estatuto num percurso individual poderá equivaler a uma ascensão social de um percurso quase público. Como se o palácio fosse o lugar onde o que se passa deva ser visível por todos. Um palco, portanto. Com reis, rainhas, príncipes e princesas a serem verdadeiras figuras públicas.

O texto contado em Itália traz-nos o percurso, atrever-me-ia a dizer épico, do rapaz Pipetta, destravado porque guloso, folião, um pouco mentiroso mas de bom fundo, e que ao lado de um homem que não é senão Deus em figura de homem, acede ao palácio onde a riqueza e o poder tudo podem, exceto conquistar a vida eterna no Céu. É a esse lugar que Pipetta acede, afinal o Reino dos Céus, ficando à porta do Paraíso, o Palácio dos palácios. Condenado a purgar os seus pecados veniais, nessa passagem em que literalmente a “cunha” de Deus é acolhida por S. Pedro, pode retornar depois ao mundo terreno com a sua vida arrumada, para junto dos seus pobres pais, com um saco de moedas de ouro, como era para ter sido o seu destino inicial. Parte deste conto, conhecem-na provavelmente numa versão erudita, e sem final feliz a consolar-nos, saída do punho de Eça de Queiroz e intitulada *Frei Genebro* (QUEIROZ, 1989, pp. 179-192), em que um santo frade vai parar ao Purgatório por ter sido guloso e não ter resistido também a um cheiroso e succulento pernil de porco.

O cruel rei que mandou matar todos os idosos do seu reino, escapando um, na clandestinidade, graças ao amor do seu filho que não o consegue entregar, mostra-nos, finalmente, um palácio onde se discute a justiça e de onde saem as leis – cruéis, até ao momento final em que tudo se recompõe e se muda a lei. O conto búlgaro, intitulado *Os*

*Velhos*, é assim uma lição sobre o valor e o papel dos anciãos como repositório de saber feito de experiência de vida, de dificuldades que têm de ser ultrapassadas para se sobreviver. Só quando a terra se gasta e o reino é ameaçado pela natureza indomável numa terrível seca, o rei, na redoma que o protegera até então da realidade da vida, reconhece esse valor. *Os Velhos* é de todos os textos trabalhados aquele em que o palácio surge como lugar à parte, fora do quotidiano das restantes personagens e do ritmo banal das vidas plebeias.

E é neste lugar em que, como no texto de Carroll, se ameaça cortar cabeças, que vamos caminhando para o fim, e passamos à outra forma simples, a do ditado ou provérbio. O provérbio inglês que Alice cita defendendo o Gato de Cheshire perante a prepotência oca do casal real no País das Maravilhas, ao afirmar que «um gato pode olhar para um rei» (CARROLL, 2000, pp. 98) deixa-nos ler que ninguém é tão importante que uma pessoa comum não possa olhar para ele ou para ela, e que todos têm o direito de ser curiosos mesmo, e sobretudo acrescentaríamos agora, sobre a vida das pessoas importantes. Este provérbio, como todas as aventuras da adolescente Alice naquele País que fica ao fundo de um longo buraco, é onde uma implacável lógica desafia a mesma lógica que regula a vida à superfície.

Podemos inferir com mais esta leitura a juntar às outras, atualizações feitas pelos contos e expressões, em que se verte o imaginário popular europeu, de que o poder metaforizado no cenário do palácio, se apresenta, e por isso se representa na maioria das narrativas populares, ao cidadão/personagem e ao ouvinte que com ele se tenderá a identificar, como um espaço quase banal. É assim que, em português pomos também um boi a olhar para um palácio para figurarmos a indiferença perante algo de excepcional.

Os contos, como os provérbios e certas fórmulas recorrentes numa linguagem que lança mão à metáfora para melhor expressar a ideia que veicula, todas formas simples na classificação de André Jolles, são tidas ainda por alguns como ingénuas e pouco interessantes para se tornarem mais do que exemplares, numa (demasiado) evidente e edificante “moral da história”. De entre o acervo riquíssimo da literatura tradicional, há com toda a certeza um espaço para legítimas leituras ideológicas em que, como fizemos, nestes objetos saídos do imaginário popular se tendem a revelar – no sentido bíblico de “tornar a velar” – princípios e modos de comportamento coletivo onde se testemunha o impacto relevante que caracteriza a relação do cidadão comum com o poder, na cultura ocidental. Quando vos propusemos, quase como *appetizer*, a hipótese de que tal como ouvimos máximas para uma conduta política e ética escorregada na vida real, o que podemos concluir no final deste pequeno percurso é que o que também nos contos e lendas tradicionais encontramos são personagens que “fazem” os lugares e lugares que “fazem” as personagens. O final edificante se encarregará, com recompensa ou castigo, de demonstrar qual o caminho certo.

Deixamos, no entanto, em aberto uma sugestão de leitura: o contador e o ouvinte destas, como de outras, narrativas populares tradicionais “arrumam” as personagens em palácios pelo lugar cimeiro que lhe reconhecem numa espécie de inevitável ordem social a manter, mas dão o benefício da diferença a quem pelos seus atos se desvenda, mais do que pelos seus sinais exteriores de poder, encarando a aparência dos que ocupam o palácio como representantes de um poder efetivo mas também como seres humanos, de defeitos e virtudes, e que importa conhecer muito mais do que pela aparência. Encarar o poder que vive da imagem “como um boi olha para um palácio” é passar a mensagem do não deslumbramento por essa aparência. É abrir a porta para entendermos a expressão que para nós, portugueses e há mais de 100 anos republicanos,

pode parecer estranha mas que pode ler-se como uma metáfora da prestação de contas, tradução de *accountability*, que os que detêm o poder e governam devem aos que são governados: “*um gato pode olhar para um rei*”.

### **Bibliografia:**

BUESCU, Gabriela – «Teoria dos Polissistemas». In **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)** [Em linha]. Coord. Carlos Ceia. 2010. [Consult. 05 nov. 2015]. Disponível na Internet em <http://www.edtl.com.pt/business-directory/7014/teoria-dos-polissistemas/>. ISBN 989-20-0088-9.

CARDIGOS, Isabel – «Anthology Presentation». In **Oralities Project – Traditional & Folk Tales**. Coord. Rui Arimateia e Paulo Longo. 2014. ISBN:978-972-8285-81-4.

CARROLL, Lewis – **As Aventuras de Alice no País das Maravilhas**. Tradução de Margarida Vale de Gato. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

EVEN-ZOHAR, Itamar – “The Function of the Literary Polysystem in the History of Literature”. In SYMPOSIUM ON THE THEORY OF LITERARY HISTORY, Tel-Aviv, 1970 – **Communication: Symposium on the Theory of Literary History**.

JOLLES, André – **Formas Simples**. São Paulo: Cultrix, 1976.

LOPES, António – «Poder». In **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)** [Em linha]. Coord. Carlos Ceia. 2010. [Consult. 05 nov. 2015]. Disponível na Internet em <http://www.edtl.com.pt/business-directory/5929/poder/>. ISBN 989-20-0088-9.

**ORALITIES PROJECT** [Em linha]. [Consult. 05 nov. 2015]. Disponível em <http://dnn.cm-evora.pt/oralities/Projecto/tabid/40/language/en-GB/Default.aspx>

QUEIROZ, Eça – **Contos**. Org. por Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Dom Quixote, 1989. (Biblioteca de bolso).